



**ATA DA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE FREIXO DE
ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA
DEZANOVE DE NOVEMBRO
DO ANO DE DOIS MIL E
DEZANOVE.**

No dia dezanove de novembro do ano dois mil e dezanove, nesta vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Ceu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Fernando António da Silva Rodrigues, Rui Miguel Roxo Portela, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e Dr.^a Antónia da Conceição Meireles Coxito. -----
Secretariou: Ana Maria Bento Soares, Coordenadora Técnica do Município. -----

Pela Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e trinta minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e distribuída.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

I- INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----
No período antes da ordem do dia usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira referindo que tinha algumas questões para colocar. Uma é mais um esclarecimento e a outra também irá nesse sentido embora sejam ambas questões.-----
Gostaria de saber de que forma esta envolvido o Município de Freixo de Espada à Cinta, se tem parceria ou não com a câmara municipal de Oeiras



relativamente a uma peça intitulada “Bululú” encenação de Moncho Rodrigues e que esta a decorrer no Teatro Municipal Amélia Rey Colaço em Algés até ao próximo sábado e tem um preço de entrada de dez euros. Gostaria de saber se está envolvida alguma participação financeira do nosso Município juntamente com a câmara de Oeiras ou não, isto para perceber se existe parceria entre os Municípios que é legítimo poder haver essa parceria, até como já existiu no passado em todos os Municípios, mas para saber se existem ou não valores financeiros envolvidos nesta peça de teatro. Esta é a primeira questão depois poderei dar mais alguns dados mediante a resposta da senhora Presidente.-----

A segunda questão é relacionada com o contrato assinado em vinte e quatro de outubro entre o Município de Freixo de Espada à Cinta e a Konica Minolta Portugal para efeitos de serviço de cópia, até aqui nada de novo, pois é normal que se usem fotocópias em qualquer Município, mas o que queremos questionar é o elevado valor envolvido de 77.047,20€ já com IVA incluído quando esta empresa fez contratos iguais para três anos de serviço de cópias com outros Municípios e cobrou menos 31.438,80€ do que cobrou a Freixo. O que Freixo pediu a mais em relação por exemplo ao Município de Baião que pelo mesmo serviço e durante o mesmo tempo fez um contrato de quarenta e cinco mil euros aproximadamente assinado um mês antes. Penso que as cópias aqui não serão em papel dourado, aqui é mais um sentido de alerta, se o mesmo tipo de contrato e o mesmo tipo de serviço o porquê de em Baião ser um valor e aqui ser outro. Acho que o Município deveria questionar até a própria Konica Minolta sobre o porquê de os montantes serem tão diferentes em contratos que são praticamente iguais, para já era isto que tinha para colocar e seguidamente mediante as suas respostas poderei continuar ou não.-----

INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO.-----

Usou da palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: ” Gostaria de saber se a senhora Presidente já tem a listagem do contencioso que é elaborada pela sociedade de advogados que nos deveria ter sido entregue na altura do orçamento, já nos deveria ter sido entregue há um mês atrás e que entregou o ano passado conforme é devido, se não tem, se existe já uma informação de quando é que nos vai ser entregue essa mesma listagem.-----

Há um outro ponto que gostaria de chamar aqui a atenção, que é a questão do acesso à informação financeira que já trouxemos também em anos anteriores e hoje mais uma vez e atendendo que se aproxima o final do ano



e considerando que, podem ainda não ter a informação disponível do mês de outubro vimos requerer a informação detalhada relativamente ao balancete à data de 30 de setembro e também a listagem da faturação paga e não paga desde janeiro a essa data. E na sequência daquilo que já foi pedido o ano anterior por diversas vezes também queremos ter acesso à informação da contratação pública, poderemos ver os diversos dossiês, como também já foi pedido em alturas anteriores. Queremos saber quando é que temos acesso a essa informação e para que conste entregamos até em mão o pedido relativamente a esse assunto.-----

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “ Começando por responder ao senhor vereador Nuno Ferreira dava-me vontade de nem dizer nada, as respostas acho que foram dadas no facebook e foram bem esclarecidos pelas pessoas que estão em causa e só não percebe quem não quer perceber. Não temos nada a ver, nem temos parcerias nenhuma com o Município de Oeiras, o que temos aqui é um compromisso da parte de Moncho Rodrigues e das pessoas que vieram ensaiar a peça a Freixo, foi uma residência artística, de divulgarem Freixo. E se o estão a fazer em Oeiras onde a peça está a ser apresentada, eles estão a promover o nosso Município. Fizeram um programa na Atena 2 ou Atena 3 e falaram de Freixo de Espada à Cinta é um compromisso que eles têm. Eles gostam tanto de Freixo que quiseram fazer aqui a residência artística, e eu estou aberta a tudo quanto queiram fazer aqui para promoverem a vila. Irão realizar aqui também o espetáculo e o encargo que teremos com isso é dar a dormida às pessoas que vêm, os dias que estiverem aí. Os ensaios foram abertos ao público, fizeram ainda um espetáculo para os idosos e as crianças, e só não entende quem não quer entender.-----

Em relação à Konica Minolta digo-lhe que isso é já a renovação do contrato, não é nada de novo, o contrato chegou ao fim e foi renovado e ninguém pode dizer que o serviço daquela câmara é igual ao de Freixo, pois somos todos diferentes, os serviços são diferentes, o número de fotocópias é diferente, não podemos andar a comparar o que não pode ser comparado.-----

A listagem do tribunal já foi pedida e acho que já veio, depois vem aqui e vai também à Assembleia Municipal.-----



INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO.-----

Usou da palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: "É conveniente e à semelhança do que tem sido feito em anos anteriores pois faz parte do documento do Orçamento, e então será entregue na próxima reunião?-----

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu: "Sim, já foi pedida e acho que até já veio.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: " Como tinha dito que mediante as suas explicações falaria ou não e estamos aqui para ser esclarecidos e para debater calmamente todas as questões. Em relação à primeira questão senhora Presidente, a questão do teatro se me fala em redes sociais, facebook, como deve compreender não é no facebook certamente que irei questionar seja o que seja. Já lhe disse que quando tenho que questionar alguma coisa é aqui o local certo, a reunião de câmara e é aqui que falarei consigo olhos nos olhos e colocarei as dúvidas que me possam suscitar ou não suscitar. De qualquer forma saúdo a boa vontade da encenação e de Moncho Rodrigues de levar o nome de Freixo mais além e fazem muito bem, em fazer isso, porque se quiser dados que são faturados ao Município através dessa encenação, agência artística Malazartes, que é uma empresa com que Freixo tem contratos e só se lhe conhecem dois contratos públicos e ambos são feitos com a Câmara de Freixo, "a Oração do Silêncio" na Pascoa de 2019 por 7.995,00€e o "Auto do Menino Deus" no Natal de 2018 por 11.070,00€-----

Sabemos que também estão cá na altura do FFIL e nada sabemos porque é tudo pago à Editorial Novembro e ronda os 42.500,00€pôr evento e aí não sabemos em quanto fica ou deixa de ficar, claro que esta boa vontade com estes orçamentos acredito que gostem de levar Freixo mais além e ainda bem que assim é.-----

Agora há mais uma coisa que lhe quero dizer nenhum de nós jamais será contra a cultura de certeza absoluta, sempre a favor da cultura. Agora como é óbvio senhora Presidente a boa vontade de toda a gente tem os seus limites e acho bem que levem o nome de Freixo mais além, porque se



recebem em Freixo só têm que o divulgar. E quando vier algum espetáculo que envolva esta companhia que tenha o logotipo da Câmara de Oeiras se fazem lá trabalhos também devem ter isso em atenção, esta é a primeira nota que quero deixar e agradeço a sua explicação.-----
Em relação à Konica Minolta a minha função enquanto vereador é alertar de algo que pode ser benéfico ou que esteja a ser prejudicial para o Município. Acabei de referir aqui que existem dois contratos, que existe um com a câmara de Freixo e um mês antes foi celebrado um com o Município de Baião. Os tipos de contrato são do mesmo teor, são públicos e um custa 77.000,00€ e outro 45.000,00€ são trinta e tal mil euros de diferença, é dinheiro, e aquilo que eu sugeri se o quiser fazer faça, senão quiser fazer não faça, isso já lhe cabe a si e é você que está à frente do Município. Disse que a renovação chegou ao fim certamente negociou valores para ser mais benéfico e a senhora Presidente saberá o entendimento que deve dar a isso ou não, agora que parece díspar o valor entre ambos os contratos parece, e é só o que tenho a dizer em relação a estas duas questões que tão bem acabou de explicar.-----

INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO.-----

Usou da palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: "Antes de passarmos ao ponto seguinte e relativamente à informação que apresentamos, a informação financeira e também o acesso aos dossiês da contratação pública o que é que a senhora Presidente tem para nos referir sobre o mesmo. Quando é que nos vai ser dada essa informação?-----

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu: "Quanto à informação não lhe respondo, quanto à contratação pública vocês ficaram de marcar um dia para os consultar e até hoje não combinaram nada com os serviços da DTOUH, foi o que ficou combinado aqui e até foi essa a resposta que receberam por escrito, que diriam o dia em que estavam disponíveis para consultar os processos.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA.-----



Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: "sobre esse assunto e até hoje aquilo que a senhora Presidente e se bem me recorde e mesmo da resposta que nos foi dada, foi que tínhamos que combinar um dia desde que os serviços tivessem disponibilidade para tal. Isso é uma forma simpática de dizer, se nós dissermos o dia X e os serviços entenderem que não há disponibilidade não podemos consultar, ou seja para haver um entendimento e mais na resposta que é dada se diz público então podemos consultar qualquer tipo de documento que seja público. Por essa razão tornamos a trazer aqui hoje esse mesmo documento, entregue em mão para verificar quando é que podemos efetivamente fazer essa consulta que já a algum tempo que a pedimos. De qualquer forma e mediante a sua resposta iremos comunicar aos serviços que vamos entregar várias datas que é para conseguirmos nessa datas todas um dia para então consultar os ditos dossiês.-----

ORDEM DO DIA

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA: - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia dezoito do mês de novembro do ano dois mil e dezanove que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Setecentos e oitenta mil duzentos e vinte e seis euros e cinco cêntimos.-----

Dotações não Orçamentais – Cento e três mil quinhentos e noventa e oito euros e setenta e sete cêntimos.-----

ACTA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia cinco de novembro do ano de dois mil e dezanove.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a referida ata, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo.- Os vereadores senhores Rui Portela, Nuno Ferreira e Antónia Coxito abstiveram-se em virtude de não constarem na mesma todas as suas intervenções.-----



Os senhores vereadores do Partido Socialista fizeram uma declaração para a ata que a seguir se transcreve:-----

Declaração para a Ata

Assunto: Resumo dos nossos comentários ao Orçamento para o ano de 2020

Exa. Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores,

Conforme ficou acordado na ultima reunião de Câmara datada de 05/11/2019, de que iríamos trazer os elementos (comentários sobre o orçamento) na reunião seguinte, conforme consta da página 4 da Ata nº23/2019, passamos a apresentar os seguintes pontos que descrevem o que de mais relevante por nós foi dito e para o qual solicitamos os devidos esclarecimentos.

Considerando a importância do debate ocorrido sobre os diversos pontos do Orçamento para 2020 e, constatando que nada ficou gravado nem transcrito, por avaria do gravador e transcritor, conforme nos foi comunicado, nem notas tiradas por parte dos serviços, o que muito estranhámos, conforme o pedido da Sra. Presidente para anexarmos os nossos comentários, passamos a apresentar um resumo dos pontos que considerámos de maior relevância e que estiveram na origem de uma discussão “acalorada” que se prolongou por um período aproximado de 4 a 5 horas. Não podendo apresentar tudo o que foi dito, pois tal seria impossível, resumiremos os pontos seguintes:

1. O valor do Orçamento de 2020, aumentou significativamente face a 2019 situando-se nos 15 milhões de euros.

Sobre este 1º dado, questionámos a Sra. Presidente sobre o fato de para 2020 o Orçamento da receita ultrapassar os quinze milhões de euros de receita (15.117.190,55€). Embora o valor da despesa apresentado seja relativamente inferior, não podemos deixar de estranhar que o valor do orçamento tenha aumentado em quase 10% relativamente a 2019 e que o mesmo tenha aumentado em quase 5 milhões quando comparado com o ano de 2016. Perguntámos à Sra.



Presidente o que iria ser feito que justificasse esse aumento e sobre os motivos que a levaram a mudar de opinião, pois no passado sempre criticou orçamentos de valores elevados, esquecendo-se “que esses orçamentos ditos elevados”, sempre tinham subjacente investimentos a realizar.

a. Neste orçamento, constatámos que também existe a intenção de um maior investimento para 2020, tendo o mesmo no sido transmitido pela Sra. Presidente.

Contudo, verificamos que essa intenção era mais notória ao nível das receitas do que ao nível das despesas pois não conseguimos encontrar igual correspondência já que a maioria do investimento que está orçamentado como definido já constava de orçamentos anteriores. O orçamento relativo ao CAPITAL temos o seguinte:

- I. Um aumento no valor de investimento em reparações e beneficiações de Habitações cujo valor passa de 275.000 euros em 2019 para 635.000 euros em 2020. Questionámos sobre o porquê deste aumento tão significativo, pois quase triplicou.*
- II. Um aumento no valor das Instalações de Serviços em Edifícios cujo valor passa de 322.000 euros em 2019 para 474.00 euros em 2020;*
- III. Um aumento no valor dos viadutos e arruamentos que passa de 32.000 euros em 2019 para 292.800 euros em 2020.*
- IV. Descida no valor destinado aos Parques e Jardins (obras do castelo) passando de 1.684.000 para 1.418.800 euros, o que pressupõe que poucas ainda*



foram realizadas e já vêm de orçamentos anteriores, pelo menos de 2017.

2. Grande Aumento das DESPESAS CORRENTES

*Mais uma vez, e à semelhança do já apresentado no ano anterior, o Grande Aumento do orçamento refere-se às Despesas Correntes onde a Aquisição de Bens e Serviços representa quase um terço do orçamento, apresentando o valor de quase 5,5 milhões de euros (5.463.950,00) sendo que destes 81% vão ser gastos na AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, num valor total de 4.426.850,00 euros, tendo sido a rubrica que mais cresceu relativamente a 2019, registando um aumento de 27%. Como não podia deixar de ser, **considerámos este valor demasiado exagerado**. Mais uma vez, a nossa pergunta foi: porque é que vai gastar tanto dinheiro em Aquisição de Serviços, em especial em Estudos, Projetos e Consultadoria e Trabalhos Especializados se não tem no orçamento quaisquer projetos de “grande envergadura”, nem projetos novos que assim o justifiquem? O que é que está a incluir nessas rúbricas? O mesmo se aplica ao recurso de aquisição de serviços em quase meio milhão de euros (valor com IVA) a uma sociedade de advogados, porquê se regista um aumento significativo em publicidade, entre outras questões levantadas. Para que não ficassem duvidas, questionámos sobre os motivos que levaram o executivo a optar por gastar, ou seja: orçamentar **455.00 euros em Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria** quando no anterior o mesmo tinha sido de 210.000 euros e esse valor já era, em nosso entender, exagerado. O mesmo aconteceu na rúbrica de **Outros Trabalhos Especializados** que **passou de 515.450,00 em 2019, para 606.450,00 euros em 2020.***



De igual modo, questionámos sobre os aumentos muito significativos na rubrica de Limpeza e Higiene que passou de 85.00€ em 2018, 100.00€ em 2019, para 245.000€ em 2020, existindo ainda uma outra rubrica de limpezas no valor de 35.000€.

Contudo, a rubrica de “Outros Serviços” é aquela que tem registado um maior “empolamento” pois passou de aproximadamente 1 milhão em 2018 para 1,4 milhões em 2019 e mais de 1,5 milhões de euros em 2020.

Face ao apresentado, dissemos ainda se não seria mais útil utilizar esses valores para fazer coisas mais úteis, nomeadamente reparar a estrada de Mazouco e Candedo (pois podiam ser uma aposta para o turismo) e pôr as Piscinas Cobertas a funcionar?

Neste orçamento existe uma rubrica nova que diz respeito às verbas a receber no âmbito das transferências de competências para os municípios, que no caso de Freixo o Executivo optou por aceitar a transferência da totalidade de competências, mas o valor a transferir da Administração Central é apenas cerca de 400.000,00 euros. Perguntou-se: será que é suficiente, já se conhece o impacto financeiro ao nível das despesas resultantes dessa decisão?

3. Despesas de INVESTIMENTO nas FREGUESIAS

Sobre este ponto, lembramos que ao fim de 6 anos, desde que é Presidente finalmente, considerou realizar algum investimento nas aldeias, algo que já deveria ter sido feito.

Contudo, dissemos que o valor é muito baixo e não está igualmente distribuído assistindo-se a uma grande discrepância nos valores atribuídos a cada uma das freguesias, conforme se constata do quadro seguinte que apresentamos como resumo.



Apesar disso e dos valores serem baixos, questionámos a Sra. Presidente se existia da sua parte o compromisso de que os mesmos iriam ser realizados durante o ano de 2020, pois era relevante que assumisse o compromisso connosco de que em 2020 as Aldeias, não vão ser esquecidas como até aqui.

Poiares	Reabilitação e conversão de Edif.em Instalações	
	Sanitárias Públicas	36 900,00
	Valorização Patrimonial Miradouro Penedo Durão	18 800,00
		55700,00
	<i>Via Turística e Panorâmica do Candedo</i>	100000
Mazouco	<i>Pavimentação da Estrada de Masouco</i>	70 000,00
	<i>Via Turística e Panorâmica de Masouco</i>	100000
Fornos	<i>Pavimentação de Arruamentos</i>	20 000,00
Lagoaça	<i>Eletrificação da Estrada de Acesso ao Cais</i>	50 000,00
Ligares		
	Pamus – Promoção da Acessibilidade da Aldeia de Ligares	105 400,00
	Requalificação da Entrada Nascente de Ligares	10 000,00
	Construção de Balneários na Piscina	50 000,00
		165 400,00

Com base no exposto, depois de devidamente analisadas todas as rúbricas e exaustivamente discutidos cada um dos pontos já enumerados, tendo sido assumida a realização dos investimentos nas freguesias, por parte da Sra. Presidente já em 2020, a votação do Orçamento para 2020, a nossa posição foi de abstenção na expectativa de que o anunciado seja executado e cumprido, pois foi isso que nos levou a tomar essa posição, doutra forma a mesma seria



totalmente contra face ao exposto e debatido sobre o orçamento para 2020, pois fica muito aquém do que o nosso município realmente necessita.

Freixo de Espada à Cinta, 19/11/2019,

Os Vereadores da Oposição,

Prof. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

Dra. Antónia da Conceição Meireles Coxito

No seguimento desta declaração o vereador senhor Nuno Ferreira justificou o seu voto de abstenção na aprovação da ata em referência com a declaração de voto que a seguir se transcreve: -----
O nosso voto de abstenção vai no sentido de a mesma ata não conter aquilo que realmente se verificou nessa reunião, uma vez que a gravação ficou danificada segundo aquilo que nos foi transmitido e alertamos para que no futuro tudo isso seja corrigido e não se torne a verificar. E uma vez que essa reunião foi tão exaustiva e foi tão debatida ao longo de quatro ou cinco horas e se calhar foi das reuniões mais importantes, do orçamento, e onde houve um compromisso claro da senhora Presidente para o ano de 2020 de realizar em obras em todas as freguesias que acabaram de ser citadas pela minha colega de vereação Antónia Coxito, daí o nosso voto de abstenção nesta ata, porque se a mesma contivesse tudo aquilo que realmente se passou teria a nossa aprovação. Nesse sentido e porque nos comprometemos a trazer uma declaração para a ata sobre os pontos principais, porque é impossível reproduzir tudo aquilo que se passou e ainda mais sem a gravação, e dado o extenso tempo em que a reunião foi debatida e porque assim o mereceu, pois o nosso Município tem demasiada importância para ser apenas e só esquecido, por isso deve-se empenhar em tudo e debate-lo exaustivamente, e quando estava em causa as nossas freguesias e o compromisso que foi assumido para 2020 que esperamos e tornamos aqui a realçar que as mesmas obras sejam efetivamente executadas, daí o nosso voto de abstenção em relação à ata 23 do dia 22 de outubro.-----

ACTA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia cinco de novembro do ano de dois mil e dezanove.-----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a referida ata, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo.-

02 – OBRAS PÚBLICAS

EMPREITADAS

**“CONSTRUÇÃO DE MURO/FACHADA NO LARGO DO VALE ” –
CONTA FINAL – PROPOSTA:** Presente para efeitos de aprovação a conta final da empreitada em título referenciada, elaborada pelos serviços da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação do Município, em conformidade com o disposto no artigo duzentos e vinte e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março (Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas), tendo-se constatado que o valor de adjudicação era de treze mil e quinhentos euros. -----
O Valor total da empreitada é de treze mil e quinhentos euros assim discriminados:-----
Trabalhos Normais: Treze mil e quinhentos euros. -----
Trabalhos a Mais de Natureza Prevista: Zero euros. -----
Trabalhos a Mais de Natureza não Prevista: Zero euros. -----
Trabalhos a Menos: Zero euros. -----
Revisão de Preços: Zero euros. -----

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Sobre esta e sobre as outras duas porque se vai passar precisamente a mesma situação, sobre este ponto aqui o que tenho para falar é que desconheço completamente o que foi contratado, o que é que foi feito, por isso mesmo é que já entregamos hoje e já tínhamos entregue anteriormente um pedido para consultar os processos e por desconhecimento daquilo que aqui esta não irei assumir um compromisso de votar a favor ou abster-me. Não conheço o que é que esta aqui a ser em causa e o que se pretende, por isso o meu voto neste caso aqui, e nos dois seguintes porque não conheço os processos é contra e só por isso. Se conhecesse e soubesse aquilo que esta em causa votaria a favor sem qualquer tipo de problema, agora nesse sentido não vou comprometer-me com uma coisa que desconheço.-----



DELIBERAÇÃO: Depois de analisada, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, proceder à sua aprovação e notificar da mesma a firma adjudicatária para em conformidade com o estatuído no número um do artigo duzentos e vinte e dois do normativo legal supra referenciado, assinar ou deduzir reclamação fundamentada. -----
Os vereadores senhores Nuno Ferreira e Antónia Coxito votaram contra pelas razões enunciadas.-----

**“DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA DAS MOREIRINHAS” –
CONTA FINAL – PROPOSTA:** Presente para efeitos de aprovação a conta final da empreitada em título referenciada, elaborada pelos serviços da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação do Município, em conformidade com o disposto no artigo duzentos e vinte e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março (Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas), tendo-se constatado que o valor de adjudicação era de nove mil euros. -----
O Valor total da empreitada é de nove mil euros assim discriminados:-----
Trabalhos Normais: Nove mil euros. -----
Trabalhos a Mais de Natureza Prevista: Zero euros. -----
Trabalhos a Mais de Natureza não Prevista: Zero euros. -----
Trabalhos a Menos: Zero euros. -----
Revisão de Preços: Zero euros. -----

DELIBERAÇÃO: Depois de analisada, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, proceder à sua aprovação e notificar da mesma a firma adjudicatária para em conformidade com o estatuído no número um do artigo duzentos e vinte e dois do normativo legal supra referenciado, assinar ou deduzir reclamação fundamentada. -----
Os vereadores senhores Nuno Ferreira e Antónia Coxito votaram contra pelas razões enunciadas anteriormente.-----

**“DEMOLIÇÃO DE UM EDIFÍCIO NO LARGO DO VALE ” –
CONTA FINAL – PROPOSTA:** Presente para efeitos de aprovação a conta final da empreitada em título referenciada, elaborada pelos serviços da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação do Município, em conformidade com o disposto no artigo duzentos e vinte e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março



(Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas), tendo-se constatado que o valor de adjudicação era de sete mil e quatrocentos euros. -----
O Valor total da empreitada é de nove mil euros assim discriminados:-----
Trabalhos Normais: Sete mil e quatrocentos euros. -----
Trabalhos a Mais de Natureza Prevista: Zero euros. -----
Trabalhos a Mais de Natureza não Prevista: Zero euros. -----
Trabalhos a Menos: Zero euros. -----
Revisão de Preços: Zero euros. -----

DELIBERAÇÃO: Depois de analisada, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, proceder à sua aprovação e notificar da mesma a firma adjudicatária para em conformidade com o estatuído no número um do artigo duzentos e vinte e dois do normativo legal supra referenciado, assinar ou deduzir reclamação fundamentada. -----
Os vereadores senhores Nuno Ferreira e Antónia Coxito votaram contra pelas razões enunciadas anteriormente.-----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 13 POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GUERRA JUNQUEIRO – PROPOSTA: Pela senhora Presidente da Câmara foi presente uma proposta para abertura de procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 13 postos de trabalho da carreira e categoria de Assistentes Operacionais para o Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro.-----

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Esta proposta já veio à reunião de câmara anteriormente para abertura do procedimento concursal para a função pública, mas como não houve concorrentes, ficou deserto, mantêm-se as



treze vagas e tem que se aprovar novamente a abertura do procedimento que agora será para quem quiser concorrer.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Sobre este concurso dos treze lugares tal como anteriormente referimos e concordamos com abertura do mesmo, e acaba de nos informar que ninguém concorreu a nível nacional a este concurso que era bastante específico e só poderiam concorrer quem já estivesse na função pública, pelo menos foi isso que nos foi explicado na altura. E também na altura foi dito, e se eu estiver em erro corrijam-me, que caso ficasse deserto seria posto novamente a concurso, que é o que se esta a verificar e que sim este concurso poderia abranger toda e qualquer pessoa que quisesse concorrer ao mesmo, independentemente de estar na função pública ou não.-----
Então neste momento estas treze vagas serão para toda e qualquer pessoa que queira concorrer independentemente de estar ou não na função pública. Quanto a isso nada a opor, da nossa parte merecerá o voto favorável para a abertura destes treze postos de trabalho a concurso e segundo aquilo que tínhamos referido no anterior concurso.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Tenho uma dúvida se alguém que for concorrer seja familiar direto de quem está aqui sentado pode votar?-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Não sabemos quem vai concorrer.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Mas tenho esta dúvida e já digo porquê: Se estão bem lembrados quando foi da votação para a ajuda aos transportes escolares fui impedido de votar, se a memória não me falha disseram-me que não podia votar pois podia concorrer e ninguém sabia se o meu filho se ia candidatar ou não, nem quero que ele se candidate. Agora neste caso aqui tenho esta dúvida, se a minha mulher quiser concorrer eu posso votar? -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Podes, não sabemos quem vai concorrer, esta situação é diferente, nos transportes escolares sabíamos que quem ia usufruir dos bilhetes eram os alunos.-----



Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “ As situações são iguais.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Não é a mesma coisa, não tem nada a ver.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira que referiu:“ Poderíamos então ouvir a opinião da jurista do Município.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Fui impedido de votar sem se saber se ia concorrer ao apoio.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Mas há partida o teu filho era contemplado.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Ele não é contemplado, pois não concorreu.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Se não concorreu foi porque não quis concorrer.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Mas eu fui impedido de votar e ninguém me perguntou se ele ia concorrer ou não. Então agora aqui estamos na mesma situação.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” A este procedimento podem concorrer ou podem não concorrer, não sabemos quem o vai fazer. Aliás nenhum de nós vai fazer parte do Júri, não temos nada a ver com o assunto.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Estou a fazer esta pergunta porque a mim impediram-me de votar, se agora acontecer igual, vocês é que sabem.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Aqui toda a gente pode votar.-----



Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Quem assumiu a responsabilidade não fui eu. Da outra vez impediram-me de votar mas irei saber e agora toda a gente pode.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Há aqui dois pontos que são reais e a Dra. Susana podia-nos explicar a questão dos impedimentos, se sim ou se não. A situação a que o vereador senhor Rui Portela esta a referir efetivamente foi verdade, foi impedido de votar porque se alegou que supostamente poderia concorrer aos transportes escolares, a questão que ele esta aqui hoje a colocar é a mesma. Se algum nosso familiar direto for concorrer, isto é uma suposição porque o concurso ainda não foi aberto e à partida suponho que não estejam já as vagas decididas para quem é e para quem não é, por isso é que se chama concurso se não era já uma automatização nessa forma. E indo de encontro ao que estava a questionar o que me leva aqui também a querer saber se existe algum impedimento de no futuro suponhamos que algum familiar nosso, de qualquer um que esta aqui envolvido na votação que vai concorrer, existe algum impedimento nesta votação que se esta a realizar.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Não há.--

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que questionou: “Não há nada.-----

Com o consentimento da senhora Presidente da Câmara usou da palavra a Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira que referiu: “ aqui está-se a aprovar a abertura de um concurso.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Então qual era o problema de o Vereador senhor Rui Portela votar se não se sabia se ia concorrer ou não ia concorrer.-----

Com o consentimento da senhora Presidente da Câmara usou da palavra a Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira que referiu: “O filho ia ser contemplado, a proposta ia de encontro a todos os alunos do concelho que estão a estudar fora.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Mas não foi contemplado, ainda não recebeu nada, então como é que foi contemplado?-



Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Só não recebeu porque o processo atrasou.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Não recebeu nem vai receber porque não o candidatei. No entanto fui impedido de votar.

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Porque não quiseste.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Mas foi isso que eu coloquei na altura, como é que podiam saber se me ia candidatar ou não. É essa a duvida que eu tenho.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Não tem nada a ver uma coisa com a outra.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “A responsabilidade é vossa, não é minha. Só pus uma dúvida, pois a mim acontece-me isso, agora se tiver dois pesos e duas medidas o problema já não é meu.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu:” Aqui não há dois pesos e duas medidas.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “A dificuldade não foi minha foi de quem tomou a decisão.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que questionou: “Na altura ele podia votar ou não podia votar.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Não podia que não votei, mas iremos saber brevemente se podia ou não.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Só para perceber se foi um lapso que não sabiam e induziu em erro ou se podia votar ou não podia votar.-----



Com o consentimento da senhora Presidente da Câmara usou da palavra a Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira que referiu: “Os alunos eram os destinatários daquela proposta.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu: “Sabíamos a quem se destinava, aqui não sabemos quem vai ou não vai concorrer.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Se o vereador não concorreu já não sabe quem são os destinatários para quem era a proposta.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu: “Aí já é uma opção que o vereador senhor Rui Portela teve, e estamos aqui a falar do que não devíamos. Tratando-se de nós ou familiares nossos não devemos falar aqui.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Não faço essa leitura pode concorrer e pode ser atribuído se não concorrer não pode ser atribuído, mas a questão é se há impedimento ou não. Penso que neste caso estamos a votar algo que ainda não se sabe para quem é, por isso não há impedimento nenhum, suponho eu. Agora a questão colocada pelo vereador senhor Rui Portela é de facto pertinente porque também na altura não se sabia a quem ia ser atribuído ou não.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu: “Aos alunos todos, era especificamente para os alunos.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Se concorressem.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “A todos não concordo, pois a quem se vai candidatar é lhe pedido documentos de sobra e que nem é legal pedirem.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu: “Quem é que disse que não é legal.-----



Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “A declaração do IRS, cartão de cidadão, que também não se pode pedir, temos proteção de dados para umas coisas e para outras não temos.-----

Usou da palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: “ Isso é relevante, muito relevante.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu: “Quando se pede o cartão de cidadão a pessoa tem que autorizar a fotocópia e referir para que efeitos é.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Quando votamos o apoio para o transporte escolar não era para pedirem quinhentos documentos, era para apoiar os estudantes e mais nada. Eu só pus aqui uma dúvida e iremos saber se o que fizemos aqui está bem ou não está bem. Só que acho que não é correto.-----

DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente analisada a referida proposta a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma. -----

REVISÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA; -APROVAÇÃO DA ESTRUTURA NUCLEAR A IMPLEMENTAR, DEFININDO A CORRESPONDENTE UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR - CRIAÇÃO DE 5 SUBUNIDADES FLEXÍVEIS; - BASE LEGAL – DECRETO – LEI Nº305/2009, DE 23 DE OUTUBRO COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 71/2018, DE 31 DE DEZEMBRO E LEI Nº 42/2012, DE 29 DE AGOSTO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 114/2017, DE 29 DE DEZEMBRO – PROPOSTA: Pela senhora Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta de revisão do modelo de estrutura orgânica do município de Freixo de Espada à Cinta; -aprovação da estrutura nuclear a implementar, definindo a correspondente unidade orgânica nuclear - criação de 5 subunidades flexíveis; - base legal – decreto – lei nº305/2009, de 23 de outubro com as alterações introduzidas pela lei nº 71/2018, de 31 de dezembro e lei nº 42/2012, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela lei nº 114/2017, de 29 de dezembro.-----



Neste ponto da ordem do dia usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Esta proposta é uma alteração à estrutura orgânica do Município em que se está a criar um lugar de Diretor de Departamento e cinco lugares de Coordenadores Técnicos. E como já uma vez disse que quando viesse alguma proposta à reunião de câmara que implicasse as pessoas que estão cá a trabalhar, elas iriam estar presentes. A proposta é esta, no mapa de pessoal estão já as alterações, isto é para quem está não entra mais ninguém.”-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Quero falar sobre este assunto e saúdo quem está presente como já fiz anteriormente, mas sou coerente com aquilo que digo e com o que mantenho.”----- Este modelo que aqui vem no fundo não é só isso, já veio duas vezes à câmara municipal e também à Assembleia Municipal, e em ambas as posições foi o mesmo reprovado, e relembro que na Assembleia Municipal nem é o PS que tem a maioria e foi em ambas as vezes reprovado. Já referimos anteriormente que a situação financeira do Município é deveras preocupante, aliás ainda há pouco tempo saiu o anuário financeiro onde diz que Freixo está na terceira pior posição do país. Se a situação financeira do Município assim o justificasse e estivesse estável e que a câmara assim o permitisse era o primeiro a apoiar que subisse não só diretores de departamento e coordenadores técnicos, mas também aqueles funcionários que há vinte cinco, trinta anos e até há mais continuam com o ordenado mínimo que nem sequer sobem. Que houvesse uma subida também para esses pois também mereciam subir dessa forma, e aliás que todos os funcionários pudessem subir e auferir mais dinheiro efetivamente.”----- Agora não posso ser hipócrita ao ponto de, porque agora vem aqui isto, mudar o meu sentido de voto, quando nem sequer é individualizado esta votação e é tudo num todo. A realidade é esta, está-se a meter tudo no mesmo bolo e tal como já referimos anteriormente em outras votações e justificamos o porquê da nossa posição, tornamos aqui a sublinhar a mesma e nesse sentido e apenas e só por isso, o nosso sentido de voto será contra nesta proposta.”-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Então deixe que lhe diga, quando afirma que as coisas deviam vir separadas, dá a sensação de que tem algo contra alguém, porque se fossem separadas votava a favor dumas e contra outras, há aqui alguma coisa contra alguém.”-



Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Sobre o ter alguma coisa contra alguém ou não vou ser muito franco e direto, independentemente de gostar ou não gostar ou menos gostar de certas pessoas, há uma coisa que me faz estar neste lugar é ser isento e analisar sempre as situações de forma coerente, tal como fiz anteriormente com os treze lugares que votei favoravelmente ao mesmo.-----

Aliás também há aqui secções que tiveram de ser extintas e outras criadas para resolver situações que os próprios criaram e que foi apenas e só por perseguições, isso é um dos fatores. Agora o ter contra ou não quem esta nessa cadeira como você está, ou quem esta nesta cadeira como eu estou na vereação, tem que ser isento e definir mediante consciência e ser coerente com aquilo que diz e que faz. Por isso essa de dizer se tem contra ou não isso dou de barato, pois não é com isso que me afeta em nada sou coerente com aquilo que digo.-----

Usou da palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: “Sobre este ponto gostava de perguntar porque é que esta proposta não veio à reunião de Câmara antes do orçamento, e porque vem agora após o orçamento. O que esteve na base desta escolha, porque obviamente foi uma opção, tem repercussões a nível do mapa de pessoal e também a nível do valor do orçamento na rubrica do pessoal. Daí perguntar porque não veio antes é que faria toda a lógica que fosse antes da aprovação do orçamento e não depois.-----

Depois a outra questão que já coloquei na altura é estes números que temos no mapa de pessoal, os tais cento e sessenta e nove se incluem as pessoas que estão na pré-reforma.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que respondeu: “Estão, ainda não saiu nenhum, foi o que disse anteriormente. Não veio com o orçamento porque não houve tempo de elaborar os documentos.-----

Usou da palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: “Pois obviamente tinha toda a lógica, porque tem a nível impacto financeiro e impacto a nível de alteração de mapa de pessoal.-----

Usou da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “O meu sentido de voto e já votei duas vezes este documento, já foi votado duas vezes e visto que não sei se a intenção da senhora Presidente ao trazer as pessoas é para nos intimidar ou não, mas o meu sentido de voto já o tenho feito há



algum tempo. Por acaso não tive tempo de ver esta proposta como deve ser e até comentei no sábado com alguém que esta nesta sala que ainda não tinha visto e depois disso dei uma vista de olhos. E quero dizer que em relação a prejudicar as pessoas de toda a gente que esta aqui a única pessoa que saiu prejudicada no meio da minha eleição em 2017 fui eu, quer a nível pessoal quer a nível profissional. Não estou aqui para prejudicar ninguém portanto o meu voto será a favor, e se a senhora Presidente acha que vos deve dar a compensação, isto é uma prova de mérito, de esforço para a vossa vida. Sei agora para quem são os lugares, pois estão aqui à minha frente e não serei eu e sei que também eles não votaram contra por causa disso e sim para manter o sentido de voto, por isso votarei a favor. É a senhora Presidente que está a gerir, se gerir bem é bem para todos, se gerir mal é mal para todos, portanto não irei reprovar esta situação e essas pessoas terão mais uns troquitos no vencimento e acho que será bom para todos, e o meu voto será a favor.-----

DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente analisada a referida proposta a Câmara Municipal deliberou por maioria aprovar a mesma. -----
Os vereadores senhores Nuno Ferreira e Antónia Coxito votaram contra mesma pelas razões enunciadas.-----
Mais foi ainda deliberado submeter a mesma à aprovação da digníssima Assembleia Municipal.-----

ARTIGO 56º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ALERTA PRECOCE -TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA PREVISTA NO ORÇAMENTO INFERIOR A 85% NOS DOIS ANOS CONSECUTIVOS – 2017 E 2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO: Presente para tomada de conhecimento uma informação da Direção-Geral das Autarquias Locais referente ao artigo 56º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro, alerta precoce -taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85% nos dois anos consecutivos – 2017 e 2018 e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.-----

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: “Sobre este ponto mais uma vez vem na sequência daquilo que temos estado aqui a dizer anteriormente. E o ponto anterior se viesse para o ano teria mais razão de ser, porque seria a altura em que o



Município estaria numa situação melhor e é isso que a senhora Presidente indica em relação ao orçamento do próximo ano, que vai estar já numa situação muito melhor e se calhar convinha esperar para o próximo ano. E isto mesmo porque a nível desta informação financeira, a DGAL vem mais uma vez dizer que a taxa de execução esta a diminuir relativamente aos anos anteriores, passou de 59 para 54 e temos visto que esta a crescer mesmo em relação a anos anteriores.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço.-----

FUNDO SOCIAL DE APOIO À HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – PROPOSTA: Pela senhora Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta para atribuição do fundo social à habitação e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta em apreço, no montante de 600,00€-----

ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – ANO 2017/2018 – PROPOSTA: Pela senhora Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta para atribuição das bolsas de estudo e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.-----

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Sobre este ponto da ordem do dia queria deixar aqui uma só nota, sobre a proposta de atribuição das bolsas de estudo 2017/2018 valeu a pena continuar a falar, até porque estou certo de que irá fazer a diferença no orçamento destas famílias e será sempre mais benéfico terem mais poder financeiro. Pois estes estudantes fizeram por o merecer, tomáramos nós que a lista fosse mais extensa, era bom sinal, era sinal de produtividade e de aproveitamento escolar. Nesse sentido veio um bocadinho tarde, mas mais vale tarde que nunca e esperamos que para 2018/2019 e indo de encontro a esses anos, o ano de 2019 já esta a findar,



sejam abertas também as bolsas de estudo e possam ser atribuídas. Nesse sentido o nosso voto é favorável em relação a esta proposta.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta em apreço. -----

PÚBLICO

O público presente, não manifestou intenção de intervir.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta da ata.-----

ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram dez horas e trinta e sete minutos da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

E eu, Ana Maria Bento Soares, Coordenadora Técnica do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

A Coordenadora Técnica